

ÁREA 6: CAPITALISMO E ESPAÇO.

SELETIVIDADE TERRITORIAL, INDÚSTRIA E TRANSESCALARIDADE: CRISE ECONÔMICA E OS LIMITES DO MODELO DE DESENVOLVIMENTO CEARENSE.

Francisco do O' de Lima Júnior¹

RESUMO.

O artigo tem como objetivo investigar as transformações espaciais no estado Ceará tendo apontando o processo de seletividade espacial cunhado nos avanços recentes da indústria de transformação articulados nas ações de promoção implementadas com base no ciclo administrativo instaurado a partir de meados dos anos 1980. Seguiu-se metodologia descritiva de caráter histórico estrutural entendendo o processo de transformações das estruturas em estudo, pautando-se em dados secundários disponibilizados por banco de informações estatísticas de órgãos públicos (IBGE, CEDE, SDE). Observou-se que de fato apropriação territorial seletiva tendo em vista que as atividades incentivadas não foram muito além na interiorização contida nos programas de promoção da atividade, implantando-se nas proximidades da RMF, com destaque para os setores considerados mais modernos. Juntamente com os incentivos fiscais foram implantados infraestrutura adequada como o Complexo Industrial e Portuário do Pecém – CIPP, instrumento de expansão da indústria de bens intermediários, na RMF. Os setores mais interiorizados, elegendo polos estratégicos e já com vocação relevante no que concerne à articulação territorial, foram aqueles intensivos em mão de obra como os segmentos de calçados, têxtil e de alimentos.

Palavras-chaves: Apropriação territorial seletiva; Indústria de Transformação; Ceará.

ABSTRACT

This work aims to investigate the spatial transformations in Ceará state having coined pointing the spatial selectivity process in recent advances in manufacturing articulated in promotional activities implemented on the administrative cycle initiated from the mid-1980s was followed by descriptive methodology of structural historical character understanding the process of changing structures under study, basing on secondary data provided by bank public agencies of statistical information (IBGE, CEDE, SDE). It was observed that in fact selective territorial appropriation given that the incentive activities were not far beyond the internalization contained in promotional activity programs, by deploying near the RMF, highlighting the sectors considered more modern. Along with tax incentives were deployed adequate infrastructure as the Industrial and Port Complex of Pecém - CIPP, expansion instrument of intermediate goods industry, RMF. The most internalized sectors, choosing strategic poles and already with relevant vocation regarding the territorial articulation, were those intensive labor as the segments of footwear, textile and food.

Keywords: Selective territorial ownership; Manufacturing Industry; Ceará.

1. Introdução.

As implicações das transformações produtivas e seus efeitos sobre as atividades econômicas do Nordeste e mais particularmente do estado do Ceará nos últimos trinta anos têm como ponto de partida

¹ Professor Adjunto do Departamento de Economia da Universidade Regional do Cariri – DE/URCA; Doutor em Desenvolvimento Econômico pelo Instituto de Economia da UNICAMP – IE/UNICAMP; Professor do Mestrado em Planejamentos e Dinâmicas Territoriais do Semiárido – PLANDITES – UERN; Pesquisador do Grupo de Pesquisas em Territorialidades Econômicas e Desenvolvimento Regional e Urbano – GETEDRU - URCA. E-mail: limajunior_economia@yahoo.com.br

um quadro que é resultado direto dos macro movimentos de reestruturação mais amplo. O reordenamento promovido pelo processo de modernização econômica conduzido pelos governos estaduais pós década de 1980 vislumbrou em tais movimentos possibilidades, pautando suas ações no estímulo ao tripé agronegócio-turismo-indústria.

Tais ações, levadas a cabo pelo estímulo à fruticultura irrigada, o apoio ao turismo eminentemente litorâneo e a implantação de instrumentos de atração industrial subsidiada promoveram verdadeiras apropriações territoriais seletivas reiterando o caráter espacialmente desigual da etapa da acumulação capitalista contemporânea dando concretude à assertiva de Harvey (2005) de que o processo de reprodução, distribuição e circulação do capital se apresenta consumindo novos lugares à sua dinâmica, impondo os ditames da competitividade na produção capitalista do espaço de forma racionalizada.

No caso específico da atividade industrial, associado às mobilizações de realocizações, empreendidas por empresas e grandes grupos, movidos pela busca de redução de custos em todos os componentes/momentos da produção, propalou-se distinções importantes na dinâmica das atividades industriais cearenses com implicações territoriais marcantes.

Ainda que a apropriação territorial cunhada com base nestes movimentos tenha reordenamentos importantes, as transformações decorrentes não ocorreram num ambiente industrial de erno. Mesmo com pouca diversificação e baixa participação no aparelho produtivo nacional, conforme seu processo de formação, a indústria cearense já vivenciara importantes alterações nos anos 1970, capitaneadas pelos vetores induzidos nas ações da SUDENE. O momento é localizado na fase da industrialização estadual situada entre os anos 1950 e 1980 e suas maiores concretudes são observadas na segunda metade da década de 1970, quando é implantado o III Polo Industrial do Nordeste, na RMF² e cujos rebatimentos espaciais apontam para a consolidação do processo de metropolização de Fortaleza.

Não obstante reconhecer que a atividade industrial tem como imperativo alguns condicionantes espaciais concentradores dado pelos nódulos decorrentes de algumas vantagens locais especiais, como infraestrutura, disponibilidade de matéria-prima (NORTH, 1977, p. 303-304) a problematização a se investigar indaga acerca dos aspectos que confirmam a desigualdade espacial intra estadual contidos nas políticas de interiorização do desenvolvimento. Como hipótese que orienta o percurso de investigação, afirma-se aqui que ao se estudar as espacialidades deste setor no Ceará, são observadas apropriações territoriais seletivas beneficiando regiões que já apresentam vantagens,

² O Distrito de Maracanaú, pertencente ao município de Maranguape, emancipado em 1983 e integrado à RMF em 1986, foi escolhido para a implantação do polo, o que contribuiu para não modificar a dinâmica espacial da indústria, que se manteve concentrada nas proximidades da capital. Os principais empreendimentos induzidos pela SUDENE quando não tinha sua instalação em Fortaleza, situavam-se no Distrito de Maracanaú. Dentre estes estavam o Vicunha Têxtil, a Gerdau e os antigos ramos de alimentos e bebidas (PEREIRA JÚNIOR, 2012, p. 251).

consolidando desigualdades a partir de ações que objetivavam a sua redução. Os elementos transescalares destas operações evidenciam os limites deste “modelo de desenvolvimento” tendo em vista que deixa o sistema econômico estadual cada vez mais vulnerável às inflexões e crises.

Assim, o presente trabalho objetiva estudar o processo de seletividade espacial impresso nos movimentos recentes da indústria de transformação dados pelas ações de promoção implementadas a partir do ciclo administrativo instaurado em meados dos anos 1980 em diante. O artigo está dividido em duas partes após esta Introdução. Na seção seguinte são explorados os instrumentos de promoção da atividade industrial ativados neste citado ciclo. Posteriormente, na parte seguinte, são tratadas as territorialidades desta industrialização subsidiada, apresentando suas principais decorrências e seus limites. Utilizou-se metodologia descritiva de caráter histórico estrutural, entendendo o processo de formação e transformação das estruturas em estudo, pautando-se em dados secundários disponibilizados por banco de informações estatísticas de órgãos públicos³.

2. A promoção da atividade industrial: notas sobre a os instrumentos de promoção industrial.

É possível afirmar que a promoção da atividade industrial neste estado sofreu inflexões a partir dos anos 1990, quando se combinam dois fatores de demarcação conjuntural: de um lado, a reestruturação produtiva e as macro transformações econômicas e de outro, o aprofundamento das medidas da renovação de condução da política econômica estadual. A dinâmica de promoção da atividade industrial esteve situada nas conexões oriundas destes dois determinantes, em articulação com a evolução da economia brasileira submetida ao padrão de regulação econômica em vigor.

A característica fundamental de estímulo ao crescimento econômico estadual pautado pela indústria, foi sua ancoragem na concessão de uma cesta de estímulos artificiais, predominantemente incentivos fiscais, como um dos casos mais invasivos da guerra fiscal. Investigar o processo de reorientação das políticas econômicas cearenses sem dedicar, ainda que de forma tangencial, breves referências a este fenômeno seria prescindir de um aspecto relevante nesta análise, cujos efeitos espaciais articulados pelo seu sistema urbano são ativos no entendimento desta questão.

No caso cearense este instrumento é acicatado pela promoção da interiorização econômica, fazendo o sistema urbano estadual sofrer importantes transformações seguindo o processo transescalar que imprime “(re)configurações” em escala intraestadual com modificações, “diluindo” e/ou “reestruturando funções e hierarquias” de diversos centros do seu sistema (OLIVEIRA, 2008, p.101).

³ Dentre eles IBGE e órgãos do Governo do Estado do Ceará.

Vale sempre destacar que o processo não se dá isoladamente em relação com complexo econômico nacional.

Para Cano (2008, p.36) a guerra fiscal está situada nas engrenagens que marcam o fim da etapa de desconcentração produtiva espacial brasileira de caráter virtuoso, que se dera até a década de 1970⁴. A atração de empreendimentos via concessão de isenções cada vez mais ativas se constituiu num adicional ao esvaziamento da política industrial e das políticas de desenvolvimento regional. Na orfandade deixada por esta ausência, os governos locais (estaduais e municipais), como medida de defesa – mas também por acreditarem na ideologia do *Poder Local* -, lançaram-se à infeliz empreitada da “guerra fiscal”, submetendo-se a verdadeiros leilões de localização pelo subsídio e pela oferta de trabalho periférico precarizado e barato (CANO, 2008, p.34).

Este processo tem na política estadual cearense um dos espaços institucionais pioneiros, implementado pelos governos pós-1986. O instrumento dos incentivos de caráter fiscal para o setor estava presente nas políticas de estímulo ao crescimento econômico desde a implantação do Fundo de Desenvolvimento Industrial do Ceará – FDI, ainda na antiga dinâmica de medidas estaduais complementares à ação da SUDENE. O FDI se constitui em principal ferramenta do Programa Incentivo ao Desenvolvimento Industrial do Ceará – PROVIN, criado ainda em 1979, em etapa prévia à fase do “Governo das Mudanças” (PONTES, 2006, p. 122; CARDOZO, 2010, p. 645)⁵. No entanto, sua implementação de fato só ocorreu a partir de 1986, mais precisamente no início da década de 1990, aprofundando-se posteriormente.

O uso dos incentivos fiscais, como parte de um pacote governamental estruturante da denominada modernização econômica do Ceará, constituiu juntamente com uma série de outras medidas⁶, em peças primazes. Adicionam a estes incentivos, a expansão de infraestrutura principalmente no que concerne à dotação de estradas e ativos portuário e aeroportuário, disponibilidade de energia elétrica na implantação de distritos industriais, acesso a saneamento e água, dentre outros. No raciocínio defendido residia o argumento de que a atração de empreendimentos traria dinamismo, geração de empregos deixando as diversas regiões cearenses menos vulneráveis aos efeitos das intempéries da seca.

⁴ As distinções do processo de industrialização do Brasil pós-1930 e suas demarcações em termos espaciais são caracterizados pelo autor como virtuoso, até a década de 1970 (que ocorre num quadro de crescimento nacional e avanço da integração produtiva), e a partir de então espúrio (com arrefecimento das taxas de crescimento, crise de endividamento, declínio da ação governamental nas políticas de desenvolvimento regional).

⁵ O FDI é instituído pela Lei Estadual 10.367 de 07 de dezembro de 1979. A etapa de sua criação enceta mais um caráter da contraditoriedade paradoxal da industrialização cearense já apontada (BONFIM, 2001, p. 110). Sendo uma medida de política econômica criada pelos governos considerados como representantes de atraso, será utilizado somente a partir de 1986, como principal instrumento dos governos “mudancistas” dando uso à ideia de “novas políticas e novos contextos econômicos recorrendo ao uso de velhos instrumentos”.

⁶ Dentre elas o ajuste das contas públicas, as políticas de melhorias de indicadores de educação e saúde.

Seu protagonismo nas provisões de tal projeto de desenvolvimento é sinalizado não somente na sua permanência mas também na suas posteriores alterações. Pontes, Vianna e Holanda (2006) fazem uma apreciação da política de atração de investimentos industriais do Ceará historicizada desde a origem do FDI, descrevendo suas etapas de consolidação, seus mecanismos de funcionamento e as modificações sofridas atendendo a critérios de aperfeiçoamento em termos de melhorias espaciais na alocação dos investimentos atraídos. De acordo com tal apreciação, o programa assume relevância de política bem elaborada para consolidar em territórios fora da RMF as transformações econômicas vivenciadas pelo Ceará nas últimas décadas (PONTES, VIANNA E HOLANDA, 2006, p. 20).

O funcionamento inicial do PROVIN através do FDI seguia duas etapas, semelhante ao que ocorre desde a instituição do Fundo Constitucional do Nordeste – FNE: a empresa declarava informações acerca da quantia do investimento realizado, do ramo de atividade industrial, o município para instalação e, principalmente, o montante de emprego a ser criado. Após sua instalação, parcela do imposto recolhido seria devolvido à mesma em forma de empréstimo. É importante ressaltar que os prazos de pagamento destes empréstimos variavam de acordo com a localidade de realização do investimento, sendo maiores para aqueles mais interiorizados⁷.

Esta foi a mecânica do programa de incentivos até 1995, quando passa por sua primeira alteração sob a justificativa de ampliar ações que objetivavam desconcentrar localmente os interesses das empresas beneficiadas em relação aos municípios da RMF, ativando outras escalas territoriais. Seus efeitos espaciais a partir daí são levados ao extremo tendo em vista o caráter concentrador observado até então. De acordo com a TABELA 1, das empresas que aderiram ao PROVIN e assinaram protocolo de intensão até 1994, 74% se direcionavam à RMF e daquelas em funcionamento este percentual se eleva para 76%. Tal tendência tem leve queda no período de 1995-1997, cujos percentuais passam respectivamente a 57% e 71%, mantendo-se elevadas o montante de empresas funcionando na RMF.

TABELA 1 – CEARÁ E RMF: EMPREEDIMENTOS ATRAÍDOS COM O PROVIN/FDI 1991-1997.

PERÍODO	Empresas Incentivadas				Empresas em Funcionamento			
	Qtde.		Emp. Diretos (mil)	Invest. (R\$ milhões)	Qtde.		Emp. Diretos (mil)	Invest. (R\$ milhões)
	RMF	Total			RMF	Total		
1991-1994	151	204	44,5	2.643,7	50	66	11,1	613,61
1995-1997	140	242	48,95	2.601,7	23	32	9,3	390,79

⁷ O imposto aqui referido é o ICMS e os prazos de carência do pagamento deste empréstimo era de 36 meses, com correção pelo IPC. Posteriormente este prazo se estende para 72 meses e aqueles empreendimentos implantados fora da RMF passam a usufruir de prazo de 120 meses.

Total	291	446	93,45	5.245,4	73	98	20,4	1.004,4
--------------	-----	-----	-------	---------	----	----	------	---------

Fonte: Adaptação própria, a partir de ALMEIDA E SILVA (2000, p. 1.073).

Na modificação sofrida em 1995, intensificaram-se as concessões aos investimentos que optassem por áreas cada vez mais afastadas da RMF, traçando faixas de 300 e 500km de distância. A ampliação dos benefícios estava no prazo para pagamento do empréstimo do ICMS, de 72, 120 e 180 meses para respectivas implantações na RMF, até 300km dela, entre 300 e 500km e acima de 500km⁸. Os mecanismos se tornavam portanto mais agressivos, quando se leva em consideração que não haveria mais devolução integral dos empréstimos do ICMS concedidos: no momento da quitação, haveriam descontos proporcionais à localização dos investimentos sendo de 40% para os situados na RMF e de 75% para aqueles fora dela.

O sistema iniciava assim deliberadamente a expansão dos centros que receberiam empresas, convergindo para o reforço de algumas centralidades na rede urbana interiorana. A política de incentivos era complementada com práticas das gestões municipais ofertando desde a concessão de terrenos e/ou pagamento de aluguéis até a saneamento, energia elétrica e acessibilidade nas localidades e bairros de instalação das empresas.

Nestas faixas de distâncias, centros que exerciam polarizações sobre determinadas hinterlândias se destacavam como aptos à recepção de empresas subsidiadas. Dentre eles estavam Itapipoca, Sobral, Aracati, Canindé, Quixadá, Quixeramobim na faixa até 300km, Crateús, Iguatu e Tauá, na faixa entre 300 e 500km e, na última faixa estava o aglomerado urbano de Crato, Juazeiro do Norte e Barbalha, localizado no extremo sul do estado.

Embora as mudanças no sistema de subsídios privilegiando a interiorização industrial surtisse efeito pela ampliação na participação destes municípios na recepção de empreendimentos, verificou-se a manutenção da elevada participação da RMF nos investimentos atraídos. Isto é observado na TABELA 2, que exhibe entre 1995 a 2006 a localização dos investimentos subsidiados de acordo com as modificações no sistema de concessão de benefícios. Não obstante se atente para o fato de que as empresas beneficiadas possam usufruir destas vantagens cada vez maiores ao se interiorizar pelo território, algumas ressalvas precisam ser consideradas.

A razão maior para o deslocamento de empreendimentos em direção ao Nordeste e ao Ceará em particular está nas estratégias empresariais de inserção competitiva global, em que a redução de custos em vários sentidos é imperativa. O papel exercido pela disponibilidade de mão de obra de baixo salário

⁸ O financiamento do empréstimo era de 60% do valor devido para empresas na RMF e 75% fora dela. Os prazos de carência eram os mesmos, de 36 meses.

em comparação às regiões de origem das empresas que se deslocaram é, por si só, um dos grandes estímulos. Sendo um fator disponível abundante em todo o estado, a opção por locais com disponibilidade de infraestrutura e economias de aglomeração associadas à redução de outros custos de produção e facilidades de escoamento para mercados exteriores é, portanto, fato.

TABELA 2 – CEARÁ, RMF E MUNICÍPIOS SELECIONADOS: EMPREENDIMENTOS ATRAÍDOS COM O PROVIN-FDI 1995-2006.

LOCALIZAÇÃO	Empresas		Empregos Diretos		Investimentos (R\$ milhões)	
	Qtde.	%	Qtde.	%	R\$	%
1995-2002						
RMF	153	56,7	27895	48,6	2.872.540,0	71,1
Fortaleza	25	9,3	5.946	10,4	508.560,2	12,6
Demais municípios	128	47,4	21.949	38,3	2.363.979,0	58,5
Restante do Estado	117	43,3	29.462	51,4	1.165.648,0	28,9
Total	270	100,0	57357	100,0	4.038.188,0	100,0
2002-2003						
RMF	25	62,5	5678	70,7	270.610,8	72,4
Fortaleza	13	32,5	2.231	27,8	20.412,7	5,5
Demais municípios	12	30,0	3447	42,9	250.198,0	66,9
Restante do Estado	15	37,5	2.357	29,3	103.252,2	27,6
Total	40	100,0	8035	100,0	373.863,0	100,0
2003-2006						
RMF	64	52,5	14.237	63,2	601.599,6	76,6
Fortaleza	27	22,1	3136	13,9	77.626,83	9,9
Demais municípios	37	30,3	11.101	49,3	523.972,8	66,7
Restante do Estado	58	47,5	8.274	36,8	184.127,3	23,4
Total	122	100,0	22.511	100,0	785.726,9	100,0

FONTE: Construção a partir de informações de SDE (2006) In: PONTES, VIANNA E HOLANDA (2006).

Permanecendo assim um quadro de concentração no entorno da RMF, outros dois momentos de modificações no PROVIN/FDI foram realizados. O primeiro foi em 2002, buscando desconcentrar os investimentos da área metropolitana e concentrando-os em polos do interior onde fossem identificados alguns nichos denominados de aglomerações produtivas ou sistemas industriais localizados. Pontes, Vianna e Holanda (2006, p. 10) afirmam que nesta fase, como prioridade, a proposta de formação de polos industriais setoriais foi adicionada ao critério de localização. Os ramos determinados na reformulação e seus respectivos polos foram: têxtil (Pacajus), calçados (Fortaleza, Aquiraz, Sobral, Itapajé, Canindé, Quixeramobim, Iguatu e Juazeiro do Norte), couros e peles (Fortaleza, Sobral, Tauá e

Juazeiro do Norte), móveis (Bela Cruz, Caucaia, Morada Nova, Iguatu e Juazeiro do Norte), eletro-eletrônico (Fortaleza e Caucaia) e metal-mecânico (Fortaleza, Iguatu e Crato) (CEARÁ, 2002).

Mesmo assim, o esforço de desconcentração viu mais uma vez implicações que evidenciam limites a este modelo de promoção do desenvolvimento, observado na TABELA 2 com manutenção do grande peso da RMF, principalmente de outros municípios que não o núcleo metropolitano. Motivou-se nova alteração ocorrida um ano depois. Na reformulação de 2003, os incentivos foram organizados por um sistema de pontuação na seguinte ordenação: volume de investimento (13 pontos), geração de empregos (12 pontos), setores e cadeias produtivas (8 pontos), aquisição de matérias-primas e insumos no Ceará (7 pontos), localização geográfica (6 pontos) e responsabilidade social, cultural e ambiental (4 pontos). (CEARÁ, 2003). Todos os incentivos se fundam nesta pontuação e cada ponto percentual concedido equivale a 1% adicional no financiamento do ICMS sendo 25% o mínimo e 75% o máximo da concessão⁹. Embora passasse por pequenas adaptações em 2007¹⁰, quando assume um novo governo, mudando algumas pontuações, este é praticamente o molde de atração PROVIN/FDI vigente atualmente.

As medidas de incentivos fiscais compreendiam ainda estímulos associados a outros tributos. Cardozo (2010) descreve a robusta relação: Programa de Incentivo às Atividades Portuárias Industriais do Ceará – PROAPI, criado em 1995 e já extinto; Programa de Desenvolvimento do Comercio Internacional e das Atividades Portuárias do Ceará – PDCI, implementado em 1996; Programa de Desenvolvimento de Cadeias Produtivas do Ceará – PROCAPPI criado em 2003; Programa de Desenvolvimento do Complexo Industrial e Portuário do Pecém e da Economia do Ceará – PRODECIPEC, criado em 2003; Programa de Incentivo às Centrais de Distribuição de Mercadorias do Ceará – PDCM, criado em 2005. (CARDOZO, 2010, p. 116).

O estímulo à indústria não se limitava ao sistema fiscal. Todo um conjunto de ações objetivando disponibilizar infraestrutura superando gargalos relacionados a transporte, disponibilidade de energia e água, dentre outros, foi tocado à frente nos sucessivos governos. Entre os investimentos de elevado porte ganha destaque a implantação do Complexo Industrial e Portuário do Pecém – CIPP como uma das estratégias de expansão industrial aprofundando os encadeamentos produtivos, com diversificação em ramos de petroquímica e siderurgia. O CIPP localiza-se no município de São Gonçalo do Amarante, que em 1999 passou a fazer parte da RMF¹¹.

⁹ Os prazos obedecem a regra de 5, 8 e 10 anos para as faixas entre 0 e 24 pontos, 25 a 35 pontos e mais de 35 pontos. Já o rebate dos empréstimos são de 10%, 15% e 25% para mais de 30 pontos, entre 20 a 29 pontos e 0 a 19 pontos (CEARÁ, 2003)

¹⁰ Em 2007 inicia a gestão do governador Cid Ferreira Gomes que, embora admitindo mudanças na condução da política econômica, praticamente não altera os princípios gerais no concernente às ações para as atividades econômicas.

¹¹ Pela Lei Complementar Estadual No. 18/99, de 29/12/1999.

A instalação deste empreendimento infraestrutural dava novo padrão ao processo de industrialização efetivado nas medidas de estímulo implementadas até então. Superava-se o perfil com exclusividade na indústria de bens em escala, avançando agora com a busca de implantação da indústria pesada. No entanto, considerando o acentuado caráter de efeitos de estímulo que compõem ramos neste porte¹², é necessário apontar que uma empreitada com tal envergadura requer bases sólidas quanto aos demais componentes integradores de um complexo industrial pesado como: disponibilidade de matéria prima, insumos semielaborados, fontes energéticas e, principalmente capacidade de financiamento. No caso das capacidades de financiamento, são restritas na atualidade em virtude do domínio das preocupações de cunho macroeconômico e do contexto de crise que se instaura com maior nitidez de 2008 em diante, que fazem refém as intervenções de promoção do desenvolvimento. Na decorrente ausência de um Projeto Nacional de Desenvolvimento, esvaziam-se possibilidades neste sentido. Prevalecem intervenções que seguem a agenda neoliberal curtoprazista, fundadas em instrumentos como busca superávit fiscal, câmbio valorizado, juros elevados e crédito de riscos curto (CANO, 2011, p. 329). Em decorrência dos limites oferecidos neste sentido, inúmeros percalços foram e são enfrentados para a consolidação do Complexo e continuidade deste modelo.

Na pauta de ações e tentativas de continuidade deste modelo de promoção do desenvolvimento aqui situadas, além do porto *offshore* com capacidade inicial de 150 mil contêineres/ano, previa-se a implantação de unidades de usinagem termoeletricas, uma refinaria, uma siderúrgica¹³ que para tanto exigiu uma série de outras obras de suporte constituindo um conjunto de “grandes projetos” de profundos impactos regionais e urbanos. Vainer (2007, p.11) aponta para o denso caráter de transformação territorial dos grandes investimentos realizados em tais projetos, compondo e recompondo regiões e reproduzindo nesses espaços interesses também de grande proporção e ligados ao circuito de mudanças capitalistas globais.

Dentre as principais obras necessárias à consolidação do grande projeto do CIPP, como as instalações mais relevantes na industrialização cearense contemporânea, são descritas: i) a preocupação do atendimento das demandas de abastecimento de água, de elevado montante para uso nas atividades termoeletricas e de siderurgia, alcançadas com a finalização das obras do reservatório Castanhão, no leito

¹² Os efeitos de estímulo “se manifestam pela ampliação do grau de complementaridade inter-regional” (CANO, 2008, p. 12).

¹³ As características portuárias *offshore* permitem atracamento de maiores cargueiros. Segundo a CEARAPORTOS (2013), “a concepção do terminal, de buscar águas profundas, bem como preservação das condições ambientais, faz com que as instalações para atracação de navios se localizem a certa distância da costa. (CEARAPORTOS, 2013). De acordo com o CEDE (2013), a capacidade do Porto do Pecém foi ampliada em 2011 para 750 mil contêineres/ano, com a inauguração de um Terminal de Múltiplas Utilidades. Atualmente o Pecém tem capacidade de descarregar navios de até 1.250 toneladas (LEMOS, 2010, p. 13)

do rio Jaguaribe, juntamente com um complexo de transposição formado por adutoras e pelo Canal da Integração; ii) no quadro de fornecimento de fontes energéticas também estão a finalização do gasoduto Guamaré-Pecém, em 2008, trazendo gás natural liquefeito – GNL do Rio Grande do Norte para regaseificação¹⁴; iii) a ligação inter portuária Pecém-Suape (em Recife) através da ferrovia Transnordestina, e entre estes e o complexo agrícola no sul piauiense e oeste baiano. No Ceará os trechos são Pecém/CE – Missão Velha/CE (527 km de extensão) e Missão Velha/CE – Salgueiro/PE (96 km).

Um adicional ensaio neste sentido foi a articulação em torno de dois outros grandes projetos: a implantação da Refinaria Premium II no CIPP, que acabou sendo preterida pelos efeitos negativos nos planos de investimentos ocasionado dentre outros, pela atual conjuntura macroeconômica¹⁵ e; a instalação da Companhia Siderúrgica do Pecém - CSP, que ganhou contornos mais concretos em 2010, com os controversos contratos firmados com capitais de origem estrangeira, através dos grupos coreanos Dongkuk Steel Group e Posco associados à Vale do Rio Doce, para a produção de placas de aço destinadas ao mercado externo. As empresas participam respectivamente com 30%, 20% e 50% do capital da CSP, e a previsão inicial de funcionamento em 2015, os investimentos da obra orçam 5,1 bilhões de dólares. Em 2016 a CSP começou a receber as primeiras cargas de minérios a ser beneficiado (CSP, 2016)

3. Seletividade territorial, indústria e transescalaridade: crise econômica e os limites do modelo de desenvolvimento cearense.

A partir deste conjunto de ações – incentivo subsidiado com coordenação setorial e locacional, construção de infraestrutura e, mais recentemente, estratégia de implantação de indústria de bens intermediários – as implicações foram conhecidas, com redimensionamentos territoriais que trouxeram novos padrões à organização urbana estadual a partir das transformações produtivas.

A começar pela tênue expansão da participação do Ceará no VTI nacional conforme é observado na TABELA 3, elaborada a partir da agregação dos ramos da Indústria de Transformação em

¹⁴ Este foi o primeiro terminal de regaseificação do Brasil. (LE MOS, 2010, p. 18). A regaseificação consiste em processos de mudanças térmicas entre águas e produtos de combustão de gás natural. (CARVALHO, 2008, p.1)

¹⁵ As obras do trecho Ceará-Pernambuco-Piauí estão orçadas em R\$ 3,8 bilhões. O Balanço do PAC indicava os maiores atrasos no trecho Pecém-Missão Velha com apenas 4% da infraestrutura concluída. Os percentuais nos demais trechos já estão bem avançados (<http://www.pac.gov.br/sobre-o-pac/divulgacao-do-balanco>). Já quanto no referente à Refinaria Premium II, as expectativas relacionadas ao anúncio de descobertas de reservas petrolíferas brasileiras, nas Bacias de Campos e de Tupi (litorais fluminense e paulista), apontaram para a necessidade de expansão do parque de refino com a construção de novas refinarias. Tendo em vista a proposta de destinar a produção ao mercado externo, os estados do Nordeste se apresentaram com maiores possibilidades¹⁵ (PEREIRA JÚNIOR, 2012, p. 304). A Refinaria foi concebida neste sentido, a ser realizada no Ceará com funcionamento previsto para 2017, planos de investimentos de 11 bilhões de dólares e uma produção inicial de 300 mil barris de derivados de óleo por dia, para produção de diesel, gás de cozinha, querosene de aviação, nafta petroquímica e coque (CEARÁ, 2014).

três grandes grupos agregando-os segundo uso ou destino¹⁶. A partir de 1996, quando os efeitos da política de atração industrial são mais nítidos dada a consolidação da política conduzida, é visualizado a expansão da participação estadual no grupo GI, de bens de consumo não-durável, que passa a ser a maior do Nordeste. Neste setor, se destacaram no período os ramos de calçados, vestuário e alimentos confirmando o perfil de empreendimentos que determinam esta dinâmica, intensivos em mão de obra.

A reflexão sobre o padrão locacional destes setores, cuja transferência é mobilizada pelas transformações econômicas de busca de menores custos, reafirmam os determinantes da reestruturação produtiva e o caráter de passividade colocado aos espaços periféricos cujos municípios, sejam da RMF ou do interior, se constituem em plataformas de recepção de atividades econômicas em transformação. As atividades que aportam o território do Ceará, motivadas pelos reduzidos custos dos fatores de produção adicionados à cesta de subsídios passam por uma reestruturação que afeta em primeira instância os seus lugares de origem onde a reestruturação de fato ocorre.

A participação nos ramos que compõem a produção de bens intermediários (GII) e bens de consumo duráveis e de capital (GIII) é bem mais baixa. As próprias condições de formação do padrão industrial cearense, levam a este quadro. Ainda que a fase do planejamento tenha diversificado as atividades nas economias regionais de maior vulto - Bahia e Pernambuco -, com base nos elos de integração com a indústria nacional, o padrão do Ceará restringiu as possibilidades de extensão de tal movimento. Com isto, a sua indústria pesada pouco se dinamizou.

Apesar das medidas acima destacadas, intencionando implantes de indústria pesada e sinalizando para uma nova etapa desta industrialização estadual, o peso da indústria de intermediários, de bens duráveis e de capital é ínfimo. Ainda que se considere para estes ramos o movimento de desconcentração espacial apontado por Cano (2008), os ganhos do conjunto produtivo cearense são mais na órbita dos não duráveis. A TABELA 3 expressa estas questões seja pela redução da participação do mais completo parque industrial nacional (São Paulo) no VTI de todos os grupos, seja pelo crescimento de GII e GIII mais expressivo na Bahia e no Pernambuco, que são as economias nordestinas mais diversificadas¹⁷. Mesmo assim, é observado um pequeno incremento do Ceará em GII, que resulta das

¹⁶ Seguindo a proposição metodológica de Cano (2008, p. 254). Os três grupos são GI (indústrias predominantemente produtoras de bens de consumo não-durável), GII (indústrias predominantemente produtoras de bens intermediários) e GIII (indústrias predominantemente produtoras de bens de consumo durável e bens de capital). Os setores que compõem os respectivos grupos são descritos no Apêndice Metodológico e Estatístico de Cano (2008).

¹⁷ É importante destacar que a perca paulista não necessariamente é absorvida pelo complexo industrial nordestino. Ela está inserida num contexto de reestruturação espacial da atividade, com ampliação da participação de outras regiões. No caso da indústria de bens intermediários ganham destaque a Região Norte, com o Estado do Pará sendo importante produtor mineral e, posterior ao anúncio de descoberta das reservas do Pré-Sal, o Rio de Janeiro volta a ser destaque também pelo setor mineral.

ações empreendidas nos últimos anos como as grandes obras já em funcionamento (como o Complexo do Pecém) ou de outras em implantação (Transnordestina, Refinaria, Siderurgia).

TABELA 3 – ESTADOS DO NORDESTE E SÃO PAULO: PARTICIPAÇÃO NO VALOR DE TRANSFORMAÇÃO INDUSTRIAL POR RESPECTIVOS SETORES DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO (%) 1996-2010 (BRASIL=100).

	GI (Brasil=100)				GII (Brasil=100)				GIII (Brasil=100)				TOTAL (Brasil=100)			
	1996	2000	2005	2010	1996	2000	2005	2010	1996	2000	2005	2010	1996	2000	2005	2010
NORDESTE	7,73	7,46	8,24	11,67	7,66	8,94	5,46	10,15	0,94	1,47	2,13	1,77	5,89	6,85	5,60	8,48
Maranhão	0,12	0,08	0,12	0,25	0,63	0,66	0,28	0,28	0,00	0,00	0,00	0,00	0,28	0,31	0,16	0,20
Piauí	0,14	0,07	0,16	0,19	0,01	0,01	0,01	0,09	0,00	0,00	0,00	0,00	0,06	0,03	0,06	0,10
<u>Ceará</u>	<u>2,69</u>	<u>2,15</u>	<u>2,40</u>	<u>3,29</u>	<u>0,24</u>	<u>0,34</u>	<u>0,22</u>	<u>0,41</u>	<u>0,07</u>	<u>0,05</u>	<u>0,03</u>	<u>0,11</u>	<u>1,02</u>	<u>0,99</u>	<u>0,87</u>	<u>1,28</u>
R. G. do Norte	0,10	0,38	0,26	0,55	0,07	0,08	0,04	0,06	0,02	0,02	0,03	0,03	0,07	0,17	0,11	0,21
Paraíba	0,24	0,51	0,57	0,75	0,37	0,20	0,22	0,30	0,00	0,00	0,00	0,00	0,23	0,26	0,28	0,37
Pernambuco	2,09	1,41	1,82	2,57	1,11	1,01	0,67	1,29	0,53	0,33	0,27	0,52	1,36	0,99	0,95	1,51
Alagoas	0,75	0,95	0,82	1,30	0,44	0,16	0,10	0,12	0,01	0,00	0,01	0,03	0,46	0,39	0,31	0,48
Sergipe	0,20	0,09	0,18	0,32	0,11	0,11	0,12	0,16	0,00	0,00	0,00	0,01	0,12	0,08	0,11	0,17
Bahia	1,41	1,81	1,92	2,46	4,68	6,38	3,81	7,45	0,31	1,07	1,79	1,05	2,31	3,64	2,75	4,17
São Paulo	45,79	44,42	39,98	41,53	47,80	43,15	40,99	42,28	63,96	57,40	53,23	53,52	50,95	46,83	43,41	44,93

Fonte: IBGE-PIA (1996, 2000, 2005, 2010)

TABELA 4 – CEARÁ: EMPRESAS INCENTIVADAS POR MESORREGIÃO 1995-2009.

	Municípios		No. de Empresas		Investimentos (mil R\$)		Empregos		Principal munic. beneficiado
	Total	Beneficiados	Qtde.	%	Qtde.	%	Qtde.	%	
Noroeste Cearense	47	13	45	6,9	525.418,4	2,6	6.625	7,0	Sobral
Norte Cearense	36	22	75	11,5	11.871.165,1	58,4	15.733	16,6	S. G. do Amarante
Metropolitana de Fortaleza	11	11	378	58,2	7.222.487,9	35,5	50.878	53,7	Maracanaú
Sertões Cearenses	30	8	23	3,5	71.808,7	0,4	7.329	7,7	Quixeramobim
Jaguaribe	21	10	44	6,8	309.925,2	1,5	7.339	7,8	Aracati
Centro Sul Cearense	14	4	10	1,5	32.268,7	0,2	865	0,9	Iguatu
Sul Cearense	25	8	75	11,5	289.917,3	1,4	5.927	6,3	Juazeiro do Norte
TOTAL	184	76	650	6,9	20.322.991,4	2,6	94.696	7,0	

Fonte: Elaboração própria a partir de Cadastro de Empresas Incentivadas CEDE (2010).

Sobre a organização territorial assumida pela indústria pós processo de modernização, a TABELA 4 traça algumas notas intra estaduais a partir dos programas de subvenções. Ela sistematiza os números das empresas incentivadas que se instalaram no estado no período de 1995-2009 por mesorregião no estado, em que o primeiro aspecto a ser observado é o predomínio da concentração espacial¹⁸. Apesar do esforço desconcentrador, empreendido inclusive com modificações constantes no sistema de incentivos, 58,2% das empresas implantadas e 53,7% dos empregos diretos gerados se localizam nos municípios da Mesorregião Metropolitana¹⁹. Entretanto, ao efetuar sua instalação, os empreendimentos buscam outros municípios que não o núcleo metropolitano promovendo uma expansão do seu colar. O município que mais recebeu empresas incentivadas da RMF foi Maracanaú (108), seguido de Caucaia (71).

Na segunda posição tanto no número de empresas quanto no número de empregos está a Mesorregião Norte Cearense (11,5% das empresas e 16,6% dos empregos). É importante relativizar este dado em termos espaciais tendo em vista as diferenças de divisões entre o conjunto que compõe a Mesorregião Metropolitana e a própria RMF: uma parte dos municípios da Mesorregião Norte Cearense que foram beneficiados com a implantação de empreendimentos incentivados está inserida na RMF²⁰, entre eles, o município de São Gonçalo do Amarante que, em decorrência da implantação do CIPP, recebeu 30 empresas incentivadas (SDE, 2010). As demais mesorregiões apresentam pouca participação e somadas todas juntas, detém 30,3% e 29,7% de empresas e empregos respectivamente.

O viés espacialmente seletivo e desigual promovido pela modernização econômica é evidente. As restrições fornecidas por este aspecto estão ainda no número de municípios beneficiados por mesorregiões, favorecendo novamente à concentração. Do total de municípios do estado, 41,3% receberam benefícios e a Metropolitana de Fortaleza foi a única que teve todos seus municípios com presença de empreendimento subvencionados. Os Sertões e o Centro Sul Cearenses apresentaram menores índices neste sentido. No interior, privilegiando centros intermediários há uma busca de articular as menores escalas da hierarquia urbana em favor deste modelo, conforme será discutido a seguir.

Por sua vez, em cada mesorregião um município se sobressai nesta recepção. Geralmente ocorreu com o município articulador das hinterlândias mesorregionais e é possível estabelecer uma relação entre esta distribuição e a hierarquia urbana determinada no documento Regiões de Influência

¹⁸ Período cujos dados foram fornecidos tanto pelo CEDE quanto pela ADECE. A atualização destas informações até o ano de 2012 estava sendo finalizada no momento da consulta realizada a tais órgãos revendo os montantes referentes a investimentos das empresas já instaladas. Na relação disponibilizada, constavam 656 empresas. Na tabulação aqui realizada objetivando descrever a sua distribuição por setores e mesorregiões, optou-se por excluir 6 empresas por pertencerem ao segmento de comercialização e exportação/importação de produtos industriais.

¹⁹ Quando se considera o corte de Região Metropolitana em vez de Mesorregião Metropolitana, este número se eleva já que soma-se a estes números os da participação do município de São Gonçalo do Amarante. Assim a participação da RMF fica em torno de 69,7% e 70,3% das empresas incentivadas e dos respectivos empregos gerados.

²⁰ São eles Cascavel, Chorozinho, São Gonçalo do Amarante, Pindoretama.

de Cidades - REGIC (2008), sistematizado pelo IBGE. Aqui reside de forma contraditória o caráter transescalar deste processo de seletividade territorial em que núcleos urbanos de importância nas conexões entre as escalas maiores e menores são inseridos na dinâmica do novo padrão de desenvolvimento. As ações de políticas anteriores privilegiavam a concentração na área metropolitana de Fortaleza e de suas adjacências.

Alguns casos merecem ressalvas, sendo um deles já mencionado, o de São Gonçalo do Amarante, na Mesorregião Norte. Embora nesta mesorregião o município de Itapipoca tenha o papel articulador de acordo com o REGIC²¹, foi em São Gonçalo o maior direcionamento de empresas, por razões já especificadas.

Outro caso está na Mesorregião Jaguaribe, onde o papel de intermediador nos fluxos transescalares mesorregionais é desempenhado pelos centros de Aracati, Russas e Limoeiro do Norte. Na recepção de empresas somente o município de Aracati se sobressai, devido ao perfil dos empreendimentos ser direcionado ao beneficiamento de camarões e pescados, tendo o padrão litorâneo de localização.

Nos Sertões Cearenses, Crateús e Quixadá que são os maiores municípios e também com hierarquias mais elevadas, ficaram atrás de Quixeramobim. A divergência pode estar relacionada aos aspectos demográficos e econômicos territorialmente esparsos que caracterizam esta mesorregião, restringindo inclusive a nitidez de hierarquias desempenhadas pelos seus centros²².

Nas outras mesorregiões, o centro mais favorecido com a atração de indústrias incentivadas correspondia àqueles de maiores hierarquias urbanas: no Noroeste Cearense com Sobral, tendo a maior recepção (15 empresas), na Mesorregião Metropolitana Fortaleza com maior número de empresas se instalando no Distrito Industrial de Maracanaú (108 empresas), no Centro Sul com maior participação de Iguatu (5 empresas) e na Mesorregião Sul com a conurbação de Crato-Juazeiro do Norte-Barbalha (64 empresas) tendo maiores investimentos.

A apropriação espacial pela reestruturação produtiva industrial resultado dessa denominada “modernização econômica cearense” ocorre em setores que atendem ao processo de reestruturação maior. Dois pontos importantes se sobressaem neste contexto. O primeiro, diretamente ligado à inserção da economia brasileira nas determinações do desenvolvimento capitalista mundial, se refere aos movimentos observados na sua própria dinâmica industrial nos últimos anos. Para além do debate acerca da desindustrialização pautado em indicadores que sinalizam perda de participação

²¹ Itapipoca também foi um dos municípios contemplados com implantação de 9 empreendimentos subvencionados (CEDE, 2010)

²² A Mesorregião dos Sertões Cearenses é a que apresenta um sistema urbano menos estruturado hierarquicamente. Embora a partir de sua metodologia o REGIC classifique Quixadá e Crateús como centros de maiores conexões, em alguns aspectos Quixeramobim também exerce influência territorial marcante e a sua localização próxima a Quixadá faz dividir com esta cidade as conexões mesorregionais (Ver REGIC, 2008). Em menor escala, outros centros também se destacam como Tauá, Santa Quitéria e Boa Viagem.

da indústria no Valor Agregado Nacional²³, o que se observa aqui é um movimento que pode ser considerado como uma outra dimensão deste fenômeno.

Já foi apontado que a dinâmica de alguns setores é afetada pelos processos econômicos já conhecidos notadamente a partir do início dos anos 1990 (concorrência, abertura comercial, desregulamentação, etc), fazendo-os adotar estratégias de sobrevivência. Cano (2008, p. 150) considera como um aprofundamento das adversidades para a indústria nacional, tendo em vista as parcelas do mercado nacional abarcadas pelas importações em todos os setores neste período.

Alguns segmentos que se mantiveram, como os produtos de bens saláris, se ancoraram nas pequenas margens de possibilidades de inserção externa ditada pelo papel determinado aos países periféricos nas regras da divisão internacional do trabalho recente. Isso os obriga à necessidade de acompanhar os imperativos da reestruturação e, motivados pela busca de competitividade reduzindo custos de fatores de produção, promovem suas realocações beneficiando-se da guerra fiscal.

O que caracteriza tais setores é sua reduzida intensidade tecnológica e o baixo nível de preços, tendo em vista que são bens de consumo não duráveis, restringindo suas condições de contribuição num processo de industrialização mais diversificado e, portanto, mais dinâmico. Sua relação com o esvaziamento da indústria nacional associa-se portanto a estas características. Neste sentido, é apresentado no QUADRO 1 as empresas incentivadas da Indústria de Transformação durante período de 1995-2009 por ramos de atividades instaladas no Ceará²⁴.

A reafirmação de atividades em segmentos associados à tradicional dinâmica produtiva, faz com que o padrão industrial do Ceará tenha uma renovação desta estrutura através dos empreendimentos incentivados nos últimos anos. Em quantidade de empresas predominam aquelas em Produtos alimentícios (16,4% do total), Couros e fabricação de artefatos de couro, Artigo para viagem e calçados (12,8%), Artigos de vestuário e acessórios (10,6%) Produtos de borracha e material plástico (8,8%) e Produtos têxteis (7,8%).

A dinâmica dos investimentos é um pouco diferenciada considerando que outros setores como a Indústria de Bens Intermediários mobiliza maiores recursos. Inclui aqui o caso da Companhia Siderúrgica do Pecém – CSP e a Refinaria Premium II, a primeira já iniciando sua operação. Os investimentos de seus respectivos setores são portanto mais elevados.

²³ Observando a partir dos dados das Contas Nacionais (IBGE, 2010) o fenômeno se manifesta tanto pelo Valor Adicionado quanto pelo nível de emprego. Considerando a Indústria de Transformação, que é o conjunto mais importante do setor, durante o período de 1990-2009, a sua participação reduziu de 22,7% para 16,6% no VA e de 15,5% para 12,7% no nível de emprego.

²⁴ Utilizou-se para tanto a Classificação Nacional para Atividades Econômicas - CNAE 2.0 após a atualização de 2011. É importante observar que o número total de empresas no QUADRO 3 diverge do apresentado na TABELA 1 e 2. A diferença corresponde exatamente à exclusão de empresas do setor de Serviços de Utilidade Industrial.

QUADRO 1 – CEARÁ: INDÚSTRIAS INCENTIVADAS POR RAMOS DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO 1995-2009.

	No. de em Empresas		Investimento (mil R\$)		Empregos		Cidade com maior número de empresas
		%		%		%	
Prod. alimentícios	105	16,4	586.625,1	3,2	11.174	12,0	Fortaleza (16)
Bebidas	16	2,5	678.012,1	3,7	2.045	2,2	Fortaleza (3)
Produtos têxteis	50	7,8	1.457.010,3	7,9	26.492	28,5	Maracanaú (22)
Art. de vestuário e acessórios	68	10,6	382.468,1	2,1	9.717	10,5	Maracanaú (13)
Couros e fabric. de artef. de couro, artigo. p/ viagem e calç.	82	12,8	672.021,5	3,6	15.069	16,2	Juazeiro do Norte (25)
Produtos de madeira	2	0,3	3.409,4	0,0	156	0,2	Caucaia (2)
Celulose, papel e produtos de papel	17	2,7	128.987,9	0,7	1.511	1,6	Eusébio (3) e Maracanaú (3)
Impressão e reprodução de gravações	6	0,9	26.965,6	0,1	488	0,5	Maracanaú (3)
Fabricação de coque, derivados de petróleo e biocombustíveis	7	1,1	6.304.485,8	34,2	844	0,9	Maracanaú (2)
Produtos químicos	42	6,6	698.090,0	3,8	2.962	3,2	Maracanaú (8)
Produtos farmoquímicos e farmacêuticos	12	1,9	32.211,9	0,2	1.070	1,2	Aquiraz (2), Caucaia (2), Fortaleza (2) e Barbalha (2)
Prod. de borracha e material plást.	51	8,0	282.715,6	1,5	4.634	5,0	Maracanaú (14)
Minerais não-metálicos	38	5,9	98.599,3	0,5	2.030	2,2	Caucaia (9)
Metalurgia	19	3,0	1.925.239,9	10,4	4.749	5,1	Maracanaú (7)
Prod. de Metal, exceto máq e equip.	18	2,8	252.145,0	1,4	700	0,8	Maracanaú (4) e Eusébio (4)
Equip. de informática, eletrônicos e ópticos	10	1,6	47.224,2	0,3	1.368	1,5	Maracanaú (6)
Máq., aparelhos e materiais elétricos	18	2,8	472.386,6	2,6	1.653	1,8	Eusébio (5)
Máq. e equipamentos	25	3,9	3.676.117,0	19,9	2.196	2,4	S. G. do Amarante (8)
Veículos automotores, reboques e carroceria	15	2,3	108.720,2	0,6	1.086	1,2	Eusébio (2), Itaitinga (2) e Maracanaú (2)
Outros equip. de transporte, exceto veículos automotores	5	0,8	7.360,6	0,0	238	0,3	Maracanaú (2)
Móveis	22	3,4	129.822,5	0,7	1.932	2,1	Caucaia (4)
Prod. diversos	10	1,6	23.313,2	0,1	749	0,8	Juazeiro do Norte (4)
Reparação e instal. de maq e equip.	1	0,2	457.959,3	2,5	-		Cascavel (1)
	639	100,0	18.451.890,7	100,0	92.863	100,0	

Fonte: Elaboração própria a partir de Cadastro de Empresas Incentivadas CEDE (2010)

Quanto ao emprego incentivado por setor, a regra posta de maioria dos empreendimentos subvencionados ser intensiva em mão de obra se confirma e aqueles mesmos cinco ramos liderando o número de empreendimentos são também os que encabeçam a lista na quantidade de empregos

gerados, com uma nova sequência: Produtos têxteis (28,5% dos empregos), Couros e fabricação de artefatos de couro, artigo para viagem e calçados (16,2%), Produtos alimentícios (12%), Artigos de vestuário e acessórios (10,5%) e Produtos de borracha e material plástico (5%).

Outro aspecto que novamente se demonstra refere-se às conformações espaciais impressas na evolução da promoção à indústria dentro do estado. Não obstante reproduzir a busca pela interiorização em discursos, documentos e programas, a concretude assume feições distintas reificando o já conhecido quadro de concentração que se dá com a perspectiva de incorporação dos demais espaços metropolitanos, sobressaindo-se o Distrito Industrial de Maracanaú.

Considerando a exceção da cidade de Juazeiro do Norte, que pela especificidade de possuir um parque industrial especializado apresentando maior parte dos empreendimentos no setor de calçados e componentes, os outros municípios que lideram a presença de empresas incentivadas nos demais ramos da Indústria de Transformação, encontram-se na RMF. Além de Maracanaú e Fortaleza, são proeminentes também Caucaia, Eusébio, Cascavel, Aquiraz, Itaitinga e São Gonçalo do Amarante. Neste último os incentivos estão conectados às empresas do CIPP.

Neste movimento que é expressão do processo de reestruturação produtiva mais amplo, duas características maiores corroborando seus limites e com efeitos no sistema urbano, permanecem: concentração espacial e manutenção do predomínio dos mesmos ramos de atividades econômicas. O conjunto da RMF mantém sua lógica concentradora, reproduzindo o crescimento de outras metrópoles brasileiras em que a expansão se transfere para as bordas além do núcleo metropolitano. A gradativa inclusão de outros municípios neste conjunto articula espaços adicionais úteis a este processo, especialmente porque é possível manter o acesso a melhor infraestrutura e locais com terrenos mais baratos²⁵.

Já o complexo industrial como um todo, não sofre grandes modificações para além da adaptação ao já estabelecido, a não ser por consolidar-se como parque especializado nos setores que já despontavam no passado. A TABELA 5 apresenta a evolução da participação cearense no VTI dos setores da Indústria de Transformação brasileira. Por ela vislumbra-se quase as mesmas atividades como destaque. Algumas qualificações podem ser feitas com base nestes dados.

As atividades de Couro, artefatos e calçados são as de maior participação desde 2000 tendo um percentual de 10,1% naquele ano, e elevando-se para 17,3% e 22,3% em 2005 e 2010 respectivamente. Foi o segmento que mais cresceu em termos de participação entre 1996 e 2010 a uma taxa de 9,7%a.a. Este crescimento ocorreu mais entre 2000 e 2010 (8,2%a.a.), decorrente da

²⁵ A RMF, criada em 1973 juntamente com as demais RM's, originalmente contava com cinco municípios (Fortaleza, Caucaia, Maranguape, Aquiraz e Pacatuba). Foi ampliada em 1986, com o desmembramento de Maracanaú do município de Maranguape (ocorrido em 1983), em 1991, com a inclusão de Eusébio e Guaiúba, em 1999, com a entrada de Itaitinga, Chorozinho, Pacajus e São Gonçalo do Amarante e, em 2009, incluindo Pindoretama e Cascavel. (LCF 14/73; LCF 52/86; LE 11.845-91; LCE 18/99 E LCE 78/09).

intensificação no movimento de realocização, notadamente provenientes das Regiões Sul e Sudeste. Além das imposições colocadas pela reestruturação produtiva como já destacou-se, a evolução de desconcentração ancorada em instrumentos artificiais como a subvenção fiscal foi decisiva no setor.

Uma característica particular do ramo é o seu deslocamento para o interior do estado promovendo um movimento de organização espacial a partir da atividade calçadista que está praticamente dissipada por todo o território cearense mas com algumas ênfases como as cidades de Sobral, a conurbação Crato-Juazeiro do Norte-Barbalha, Iguatu, Crateús (PEREIRA JÚNIOR, 2012, p. 391). Apesar da presença de empreendimentos com capital local, essencialmente pequenas e médias empresas, predominam entre os investimentos que usufruem de incentivos grandes grupos extrarregionais como Dakota, Grendene S.A., Alpargatas e Azaléa.

TABELA 5 – CEARÁ: PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL NO VTI DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO (BRASIL=100).

	1996	2000	2005	2010
Produtos alimentícios	2,0	2,3	1,4	1,5
Bebidas	1,3	1,2	1,8	3,7
<u>Produtos têxteis</u>	<u>6,3</u>	<u>8,5</u>	<u>13,8</u>	<u>6,1</u>
<u>Artigos de vestuário e acessórios</u>	<u>4,6</u>	<u>5,5</u>	<u>5,4</u>	<u>8,4</u>
<u>Couros e fabricação de artef. de couro, artigos para viagem e calçados</u>	<u>6,1</u>	<u>10,1</u>	<u>17,3</u>	<u>22,3</u>
Produtos de madeira	0,1	0,0	0,0	0,1
Celulose, papel e produtos de papel	0,2	0,3	0,5	0,7
Impressão e reprodução de gravações	0,7	0,5	0,2	0,7
Fabricação de coque, derivados de petróleo e biocombustíveis	0,0	0,0	0,0	0,0
Produtos químicos	0,2	0,2	0,2	0,4
Produtos farmoquímicos e farmacêuticos				0,5
Produtos de borracha e material plástico	0,7	0,5	0,3	0,5
Minerais não-metálicos	1,4	1,4	1,4	1,9
Metalurgia	0,0	0,1	0,1	0,1
Produtos de Metal, exceto máq e equip.	0,2	0,1	0,2	0,4
Equip. de informática, eletrônicos e ópticos				0,1
Máq., aparelhos e materiais elétricos		0,1		0,4
Máq. e equipamentos	1,1	0,3	0,1	0,1
Veículos automotores, reboques e carroceria	0,1			0,0
Outros equip. de transporte, exceto veículos automotores			0,1	0,0
Móveis	0,4	1,5	1,2	1,5
Produtos diversos		0,5	0,5	
Reciclagem				
Reparação e instalação de maq e equip.			0,5	0,5

Fonte: IBGE-PIA (1996-2010)

Os movimentos da reestruturação fizeram com que o setor de calçados cearense se tornasse pujante no panorama nacional, sendo a atividade com maior VTI de sua indústria. Conforme a Pesquisa da Indústria Anual – PIA realizada pelo IBGE, em 2010 os valores agregados das atividades que compõem o segmento eram: 116 estabelecimentos com 63.266 trabalhadores em suas plantas de produção, gerando um VTI de 2,6 bilhões de reais. O viés exportador condicionou fortemente o panorama da indústria cearense calçadista e de componentes, destino privilegiado para implantação de empresas vindas de outras partes do país, principalmente Rio Grande do Sul e São Paulo (MACEDO, 2010, p. 142). Estas empresas encontraram condições favoráveis no Ceará. Em 2008 o setor alcança 13,8% das exportações de calçados nacional quando participavam com 1,1% em 1989, 0,7% em 1994 e 7,2% em 2007.

O ramo de Artigos de vestuário e acessórios, que apresenta segunda maior participação cearense na Indústria de Transformação nacional em 2010 (8,4%), segue a mesma trajetória. No entanto, seu maior crescimento foi no período mais recente, entre 2005 e 2010, com uma taxa de expansão de 9,2% a.a. Já o segmento Têxtil, ainda que se mantenha como a terceira atividade industrial cearense no VTI brasileiro, é um setor que vem perdendo participação desde 2005. Enquanto produção estadual também estimulada para o mercado externo, as exportações de tecidos tem um padrão de comportamento mais estável, conforme demonstram Suliano, Cavalcante e Rocha (2009, p. 36). Isto pode estar ligada à concorrência internacional exercida pelos produtores asiáticos (Índia e China) afetando a dinâmica recente do setor em termos de busca de competitividade. As demais atividades tem reduzida participação no agregado do VTI nacional reforçando o assertiva de permanência da pouca diversificação nos segmentos industriais proeminentes do Ceará.

Seguindo as determinações postas por esta realidade, é possível estabelecer um perfil acerca das espacialidades assumidas pela dinâmica industrial após a fase de políticas econômicas modernizadoras do Ceará nos últimos anos. Principiando a partir da configuração assumida pelo mercado de trabalho da Indústria de Transformação durante o período de 1991-2010, empregando como referência o desempenho das sete mesorregiões do estado. No conjunto de informações dadas pela TABELA 6, que é diagramada no GRÁFICO 1, a evolução econômica territorial seletiva já conhecida bem como os seus limites, torna-se mais nítida.

O inequívoco peso da Mesorregião Metropolitana de Fortaleza na PEA Industrial e o secundário realce a outros poucos espaços intermediários do interior, principalmente aqueles mais diretamente integrados à dinâmica metropolitana (Mesorregião Norte e Noroeste Cearenses), são expressos. Juntas, as três mesorregiões possuíam 80,8%, 77,8% e 79,9% de toda a PEA do setor em 1991, 2000 e 2010 respectivamente. A leve redução desta participação em 2000, é produto das taxas crescimento anuais mais elevadas das mesorregiões interiorana dos Sertões, Centro Sul e Sul Cearenses no período 1991 a 2000, que foram respectivamente de 8,5% a.a., 7% a.a e 6,1% a.a.

Tais taxas estão associadas ao avanço na implantação de empreendimentos beneficiados com incentivos nestes espaços, notadamente do setor de calçados, expandindo o número de empregados. A situação se reverte no decênio seguinte, quando municípios da Mesorregião Metropolitana de Fortaleza (principalmente Maracanaú, Caucaia, São Gonçalo do Amarante, Eusébio) voltam a expandir a participação no emprego da PEA Industrial ocorrendo reconcentração do emprego como implicação do comportamento das empresas subvencionadas, com decisões de investimentos prioritariamente nestes municípios. Sua taxa de crescimento volta a ser a maior entre as mesorregiões (3,8%a.a.) que é seguida pela Mesorregião Jaguaribe (2,5%a.a.) cujo desempenho esteve influenciado pelo aumento de empregos na Indústria de Alimentos. Embora Fortaleza lidere o número de empresas incentivadas neste segmento (conforme já observado no QUADRO 1), houve expansão no ramo de beneficiamento de crustáceos e de pescados localizado nos municípios litorâneos da mesorregião, notadamente em Aracati e Fortim²⁶.

É pertinente ainda registrar que para além dos empregos gerados pela indústria calçadista, a evolução das mesorregiões beneficiadas quase exclusivamente por empresas do segmento é pobre e tacanha quando comparada com as demais. O GRÁFICO 1 permite fazer um agrupamento em dois conjuntos de acordo com a dinâmica econômica oferecida por estas evidências: um primeiro grupo formado pela Mesorregião Metropolitana de Fortaleza e suas vizinhas Norte e Noroeste Cearenses, mais diversificadas, concentradoras da atividade industrial em decorrência da seletividade territorial da acumulação que tem no Ceará o apoio dos programas de incentivo, e, outro grupo, com economias estagnadas e de pouca relevância na dinâmica produtiva da indústria cearense. No grupo estão naturalmente os Sertões, Jaguaribe, Centro Sul e até mesmo o Sul.

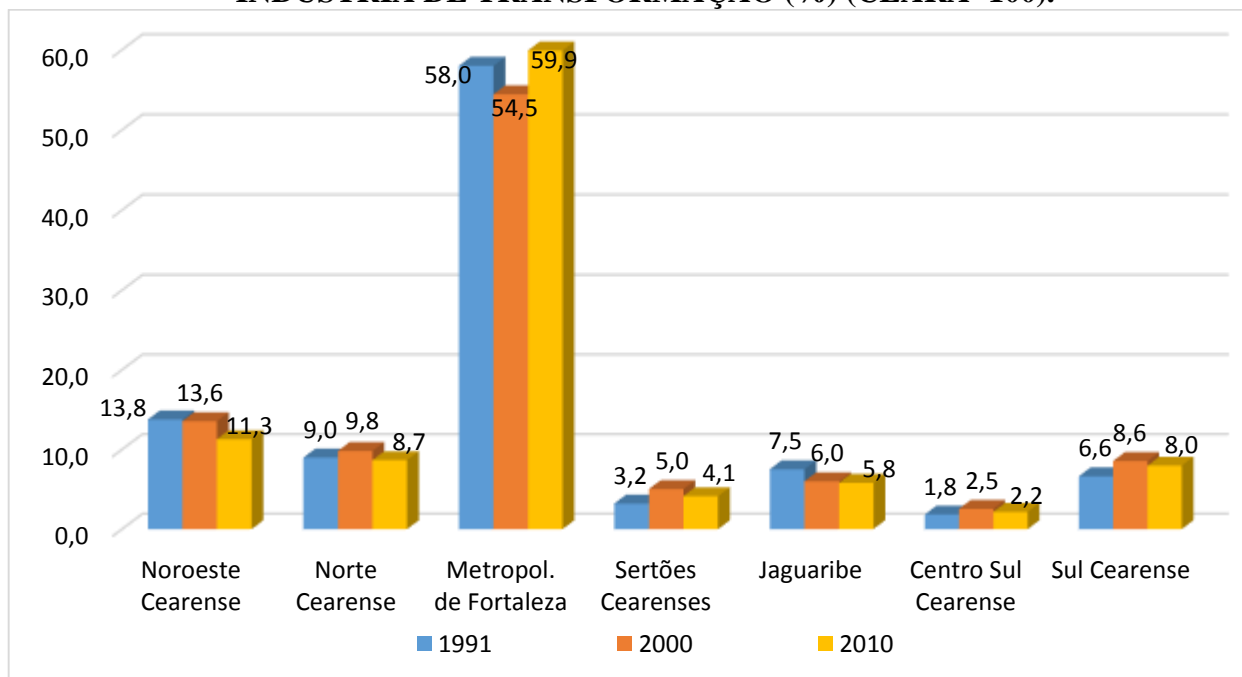
TABELA 6 – MESORREGIÕES CEARENSES: POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA NA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO 1991-2010.

	1991	2000	2010	Tx. de Crescimento (%)		
				2000/1991	2010/2000	2010/1991
Noroeste Cernense	33.242	43.393	47.866	3,0	1,0	1,9
Norte Cearense	21.680	31.421	36.725	4,2	1,6	2,8
Metropolitana de Fortaleza	139.849	174.251	253.875	2,5	3,8	3,2
Sertões Cearenses	7.757	16.112	17.565	8,5	0,9	4,4
Jaguaribe	18.128	19.260	24.673	0,7	2,5	1,6
Centro Sul Cearense	4.439	8.150	9.208	7,0	1,2	3,9
Sul Cearense	16.004	27.381	33.804	6,1	2,1	4,0
TOTAL	241.099	319.968	423.716	3,2	2,8	3,0

Fonte: Censos Demográficos, IBGE (1991; 2000; 2010).

²⁶ Aracati e Fortim contam hoje com 17 empresas de beneficiamento e acomodação de camarões e pescados cujas produções se direcionam em grande parte ao mercado internacional (CEDE, 2010)

GRÁFICO 1 – MESORREGIÕES CEARENSES: POPULAÇÃO EMPREGADA NA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO (%) (CEARÁ=100).



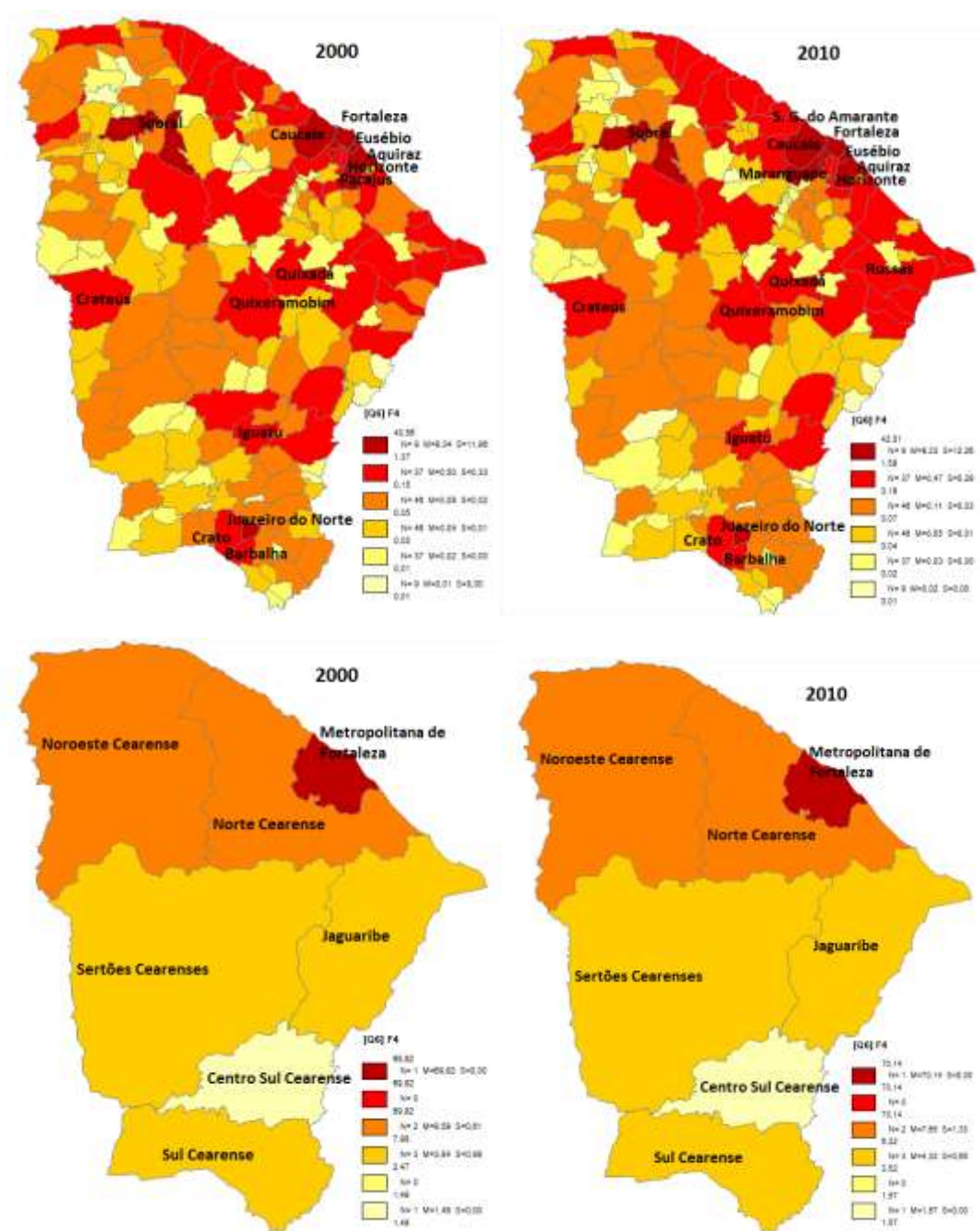
Fonte: Censos Demográficos, IBGE (1991; 2000; 2010)

Para evidenciar as espacialidades da dinâmica industrial cearense como um todo, incluindo também a Indústria Extrativista e a Construção Civil, a FIGURA 1 propõe a espacialização da participação do PIB Industrial estadual nos anos de 2000 e 2010 com base em dois cortes geográficos, qual seja por municípios e mesorregiões²⁷.

Na Figura com o corte analítico evidenciando os municípios, é demonstrado que embora se confirme a presença da RMF como espaço que concentra manchas com maiores níveis de PIB tanto em 2000 quanto em 2010, este fenômeno passa a incorporar mais municípios sejam aqueles anexados à dinâmica metropolitana, sejam alguns centros vizinhos ou ainda alguns polos do interior.

²⁷ É importante a nota metodológica esclarecendo que os intervalos dos corte grupais de análise na FIGURA 1 é feito pelo Software PhilCarto com base em distintos níveis de participação no PIB nos dois anos considerados. O objetivo é evidenciar a localização dos maiores PIB's. Neste aspecto é interessante relevar a elevada amplitude existente entre o limite máximo e mínimo do primeiro estrato de participação percentual no PIB Industrial do estado: em 2000 estes limites dados pelo Software foram de 40,56% e 1,31% e em 2010 42,01% e 1,58%. Próximos aos limites máximos nos dois períodos estavam os municípios da RMF enquanto os demais municípios contidos neste estrato se distribuíam ao longo dos demais percentuais.

FIGURA 1 – CEARÁ: DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DA PARTICIPAÇÃO NO PIB ESTADUAL INDUSTRIAL POR MUNICÍPIOS E MESORREGIÕES, 2000 e 2010 (%).



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IBGE (2012), com utilização do Software PhilCarto.

A presença de municípios com PIB's próximos ao estrato superior é continua nas proximidades da RMF nos dois anos, principalmente em 2010. Nos espaços interioranos, com níveis também mais altos se relevam dois núcleos polarizadores de extensos territórios, que receberam importantes empreendimentos incentivados principalmente no ramo de calçados, que são a

conurbação Crato-Juazeiro do Norte-Barbalha na Mesorregião Sul e a cidade de Sobral na Mesorregião Noroeste.

Num patamar um pouco inferior, centros secundários mas também com funções de polos articuladores de suas respectivas mesorregiões e recebendo maioria deles também empresas do setor calçadista estão: Crateús, Quixadá e Quixeramobim nos Sertões Centrais, Iguatu no Centro Sul Cearense e o complexo lindeiro ao município de Limoeiro do Norte, na Mesorregião Jaguaribe. Ressalta-se que esta última região se destaca na agricultura com os perímetros de fruticultura irrigada. Contudo, também se constituiu em plataforma de ação da indústria calçadista subvencionada, com o município de Russas recebendo uma das maiores fábricas no setor.

Já na análise sob o corte mesorregional, a única modificação está na elevação dos valores de participação dos PIB's. O mesmo padrão espacial se repete nos dois anos e ilustra o quadro segregador demonstrado reiteradas vezes. Desta feita, excetuando a Mesorregião Metropolitana de Fortaleza, as outras com maiores PIB's industriais são justamente as duas que estão nas suas fronteiras geográficas imediatas. As Mesorregiões dos Sertões, Jaguaribe, Centro Sul e Sul Cearense continuam sem exibir representatividade dinâmica na atividade industrial, excluindo os seus centros receptores da atividade calçadista, exatamente aqueles que são destacados nas figuras com as espacialidades econômicas por municípios. Desta forma, a seletividade espacial e as contraditoriedades escalares ficam evidentes na análise do atual padrão da atividade industrial do Ceará, quando se considera a Indústria de Transformação. Os limites deste modelo são claros pelo tipo de indústria que é fomentada bem como pela sustentabilidade dos estímulos face aos tempos de crise tendo em vista que o dínamo fundamental é atender aos requisitos da reestruturação produtiva objetivando a inserção externa.

4. Considerações Finais.

O padrão das políticas de promoção do desenvolvimento consubstanciados nas ações públicas no Estado do Ceará na segunda metade da década de 1980 em diante pautaram-se no estímulo ao tripé agronegócio (com apoio à fruticultura irrigada), ao turismo (com políticas de estímulo ao turismo essencialmente litorâneo) e à atividade industrial (subvencionada com incentivos fiscais e de outras ordens). De acordo com o estabelecido pelo objetivo deste trabalho, buscou-se estudar os desdobramentos espaciais observados pela Indústria de Transformação considerando os aspectos seletivos decorrentes das ações de promoção recente.

No alcance de dar respostas à problematização colocada, observou-se que o caminho apontado pela hipótese se demonstrou plausível. Confirmou-se a ideia de que mesmo admitindo o aspecto espacial requerido pelas atividades industriais, as políticas e programas objetivando desconcentração e interiorização desta atividade no Ceará estamparam o que denominou-se de

apropriações seletivas do território mas que tem seus limites enquanto padrão de promoção do desenvolvimento.

As atividades incentivadas não foram muito além nesta interiorização, implantando-se nas proximidades da RMF, com destaque para os setores considerados mais modernos. Juntamente com os incentivos fiscais foram implantados infraestrutura adequada como o Complexo Industrial e Portuário do Pecém – CIPP, instrumento de expansão da indústria de bens intermediários, na RMF.

Os setores mais interiorizados, elegendo polos estratégicos e já com vocação relevante no que concerne à articulação territorial foram aqueles intensivos em mão de obra como os segmentos de calçados, têxtil e de alimentos. Foram os casos de Sobral, Juazeiro do Norte – Crato – Barbalha, Iguatu, Quixadá, dentre outros. Nestas áreas extra metropolitanas além dos efeitos decorrentes da indústria calçadista subvencionada (como os empregos gerados), a dinâmica econômica dos espaços beneficiados quase exclusivamente por empresas do segmento, considerando o corte de análise seja por mesorregião ou por município, é pobre e tacaña quando comparada com a RMF e suas áreas vizinhas.

Foi possível inclusive estabelecer um agrupamento analítico com base nestas duas situações, demonstrando mais uma vez a seletividade territorial fundada nos resultados concretos da promoção industrial em que um primeiro grupo é constituído pela Mesorregião Metropolitana de Fortaleza e suas vizinhas Norte e Noroeste Cearenses, mais diversificadas, concentradoras da atividade em decorrência de todos os aspectos aqui discutidos e, outro grupo, com economias estagnadas e de pouca relevância na dinâmica produtiva da indústria cearense. Neste último estão naturalmente os Sertões, Jaguaribe, Centro Sul e até mesmo o Sul, conforme foram comprovados pelos dados.

Através da leitura fundada nestes elementos, constatou-se o factual processo apontado por Harvey (2005) em suas análises sobre os desdobramentos das contradições do modo de produção capitalista sobre o espaço. Demonstrou-se aqui que os movimentos reestruturantes colocados pelas ações de promoção da redução das desigualdades tem seus efeitos incongruentes, consumindo/apropriando-se seletivamente novos lugares à sua dinâmica, impondo os ditames da competitividade na produção capitalista do espaço de forma racionalizada que se exponenciam em tempos de crise.

Referências Bibliográficas.

- ALMEIDA, M. B. de E SILVA, A. B. da. **Estado do Ceará: uma análise do desempenho econômico-financeiro recente.** Revista Econômica do Nordeste - REN. Fortaleza. v. 31. n. 4. p. 1.060-1.078. out-dez/2000.
- BRASIL. Balanço do PAC. 2011. Disponível em <http://www.pac.gov.br/sobre-o-pac/divulgacao-do-balanc>. Acessado em 27/dez-2014.
- BONFIM, W. L. de S. **Industrialização, planejamento estatal e o paradoxo da economia cearense.** Revista Políticas Públicas e Sociedade. UECE. v. 1. n. 2. p. 102-115. 2001.

CANO, W. **Ensaio sobre a crise urbana no Brasil**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2011.

_____. **Desconcentração produtiva regional no Brasil (1970-2005)**. 3ª. Ed. São Paulo: Editora da UNESP, 2008.

CARDOZO, S. A. **Guerra Fiscal no Brasil e alterações nas estruturas produtivas estaduais**. Campinas: Instituto de Economia – Universidade Estadual de Campinas, 2010 (Tese de Doutorado). 330p.

CEARAPORTOS. Companhia de Integração Portuária do Ceará. Informações Gerais. Disponível em <http://www.cearaportos.ce.gov.br/> Acessado em 28/dez/2012.

CEARÁ. Governo do Estado do Ceará. Portal de Informações. Refinaria Premium II: Cid Gomes se reúne com Petrobras. 14/jan/2014. Disponível em: <http://www.ceara.gov.br/sala-de-imprensa/noticias/9891-refinaria-premium-ii-cid-gomes-se-reune-com-petrobras> Acessado em 18/jan/2014.

_____. Governo do Estado do Ceará. Secretarias e Órgãos do Governo Estadual. Disponível em <http://www.ceara.gov.br>. Acessado entre nov/2011 e jan/2013.

_____. Nova Legislação de Incentivos Fiscais no âmbito do FDI. Fortaleza: CODENO, 2003.

CEDE. Conselho de Desenvolvimento Econômico do Ceará. Cadastro de Empresas Incentivadas. Fortaleza: CEDE, 2010.

HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço**. Trad. Carlos Szlak. 2ª. Ed. São Paulo: Annablume, 2005.

IBGE. **Pesquisa da Indústria Anual - Empresa 1996 a 2010**. Disponível em <http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/acervo/acervo2.asp?e=v&p=PI&z=t&o=22>. Acessado no período de mar a dez/2014.

_____. **Regiões de Influência das Cidades – REGIC**. Rio de Janeiro: IBGE, 2008.

MACEDO, F. C de. **Inserção externa e território: impactos do comércio exterior na dinâmica regional e urbana do Brasil (1980-2008)**. Campinas, SP: Instituto de Economia – IE, Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, 2010 (Tese de Livre Docência).

NORTH, D. Teoria da localização e crescimento econômico regional In: J. SCHWARTZMANN (org.) **Economia regional e urbana: textos escolhidos**. Belo Horizonte: UFMG, p. 333- 343, 1977.

OLIVEIRA, B. S. Rede urbana brasileira: algumas reflexões teóricas. Revista Formação. Presidente Prudente, SP. n. 15, Edição Especial, 2008 volume 2, p. 100-109.

PEREIRA JÚNIOR, E. **Território e Economia Política: uma abordagem a partir do novo processo de industrialização do Ceará**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012.

PONTES, P. Reflexo da política de atração de investimentos industriais na renda da população ocupada do Ceará. In: **Economia do Ceará em debate**. Fortaleza: IPECE, 2006. p. 121-135.

PONTES, P, VIANNA, P. J. R., E HOLANDA, M. C. **A Política de Atração de Investimentos Industriais do Ceará: um análise do período de 1995-2005**. Fortaleza: Texto de Discussão N. 26, IPECE, 2006.

VAINER, C. B. **Planejamento territorial e Projeto Nacional: os desafios da fragmentação**. Revista Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos. V. 9. No. 1. Mai/2007. p. 9-23.